



Arquivo

Coutinho e Belluzzo esperam uma queda de até 4% no Produto Interno Bruto

Esperada inflação de 80 a 90%

As atuais decisões na área da política econômica, a própria conjuntura nacional e mundial e as medidas de austeridade impostas pelo governo — a redução dos gastos e investimentos públicos, além do corte das importações — “levarão o País, em 1983, a uma recessão igual ou pior que em 1982”. As taxas internas de juros continuarão elevadas, já que não sofrerão influência da queda verificada no mercado financeiro internacional. O Produto Interno Bruto deverá variar entre um crescimento nulo e uma queda de 4%, enquanto a inflação poderá situar-se entre 80 e 90% no próximo ano.

Estas são as perspectivas da economia brasileira para 1983, segundo previsões feitas, em São Paulo, pelos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Marcel Domingos Solimeo, da Associação Comercial do Estado de São Paulo, e Luciano Coutinho, professor de Economia da Unicamp.

De acordo com Luiz Gonzaga Belluzzo, haverá um aumento do desemprego, em 1983, da ordem de 7 pontos percentuais — cerca de 500 mil trabalhadores — na indústria de transformação e de aproximadamente 15 pontos percentuais — em torno de seis milhões de trabalhadores — em termos globais, nos diversos setores da atividade econômica. O setor de bens de capital, em sua opinião, será o mais afetado.

A previsão do economista é de agravamento da recessão, com uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 4% e da produção industrial da ordem de 10%. Ele observou que uma mudança na política salarial, de modo a desvincular o nível de reajustes do índice do INPC, poderia provocar uma queda do salário real, de efeito recessivo nas indústrias de bens de consumo popular e bens duráveis.

Belluzzo disse que as taxas de juros internas se manterão elevadas — por volta de 150%, em termos reais —, descartando a possibilidade de uma queda dos juros do mercado financeiro internacional, principalmente dos Estados Unidos, influem sobre as taxas em vigor no País. “A redução e estabilização dos juros externos, provocarão, além de certo alívio no serviço da dívida, a recuperação lenta das cotações das commodities ao longo do ano, por causa da existência de estoques de matérias-primas e da superprodução de produtos agrícolas. O incremento das exportações brasileiras dependerá da recuperação da economia norte-americana, o que só ocorrerá no segundo semestre de 1983.

O economista previu, ainda, que a inflação no final do próximo ano atingirá os 90%, mas alertou que “qualquer desvalorização brusca do cruzeiro desencadearia um processo inflacionário sem precedentes, criando a necessidade de novas desvalorizações em questão de meses”.

Ele assinalou que a captação de recursos externos ficará ainda mais difícil em 1983 e sugeriu “a definição de uma política de empregos de emergência, a revisão das condições do endividamento externo e a implantação de uma política industrial de planejamento dos investimentos, além de uma ampla reforma tributária.

AJUSTAMENTO

Para Marcel Domingos Solimeo, “a recessão persistirá em 83, com significativo aumento do desemprego”. “A recuperação que se esperava em 1982 não se vai verificar”, afirmou. De acordo com o economista, “a manutenção, em termos reais, de elevadas taxas de juros internas no próximo ano impedirá o reaquecimento da economia”. Previu um crescimento nulo do Produto Interno Bruto (PIB), “resultado da estagnação da atividade industrial e de um incremento de 3 a 4% na atividade agrícola”, enquanto a inflação, em seu entender, continuará em declínio, “situando-se no final de 1983 em torno dos 80%, em razão das medidas de austeridade, que terão efeito de retração da demanda”.

“Uma possível recuperação da economia mundial teria consequências positivas no desempenho das exportações brasileiras — a possibilidade mais viável de captação de recursos externos em 83 —, permitindo um menor corte nas importações. A manutenção da queda das taxas de juros externas aliviaria o serviço da dívida e favoreceria a elevação da cotação das commodities e matérias-primas.”

O Brasil, assinalou, terá de executar um processo de ajustamento e reestruturação econômica, “com um controle efetivo dos gastos das estatais e ênfase nos investimentos de prioridade social, geradores de emprego”. Ele propôs a revisão da política salarial, com correção baseada apenas no INPC, o aumento da produtividade e uma reforma tributária, além de prever um aumento dos impostos a curto prazo.

SITUAÇÃO DRAMÁTICA

Já na opinião de Luciano Coutinho, “a situação financeira brasileira continuará dramática em 1983, em função das dificuldades de captação de recursos externos. A saída encontrada pelo governo de obtenção de elevado superávit na balança comercial, dentro da atual conjuntura, seria atingida por meio de violenta contração das importações, de efeitos recessivos e inflacionários bastante sérios. Mesmo que a situação internacional continue favorável, o País ainda corre o risco de ter de renegociar a dívida externa antes de 1983”.

Coutinho previu ainda, baseado nas medidas de austeridade já em vigor, o desemprego nas estatais, nos setores de bens de capital e da construção civil.

Dentro desse quadro, ele estima para o próximo ano um agravamento violento da recessão, com queda de 4% no Produto Interno Bruto e de 6 a 7% na produção industrial e uma certa estabilidade na atividade agrícola.

A inflação, segundo estimou, deverá situar-se entre 80 e 90% em 83, “pressionada para cima pela correção monetária e cambial e pela escassez de matéria-prima e, por outro lado, contida pelo agravamento da recessão”.

Ele propôs a renegociação da dívida externa e a adoção de uma nova política econômica, que previesse um certo crescimento seletivo e que abalixasse o patamar sufocante dos juros: “É imprescindível o controle da importação, a orientação dos investimentos para atividades geradoras de emprego e o ajustamento da economia”. A essas medidas, condicionou a necessidade de reformas tributária e financeira.